

# **POR QUE TENHO MEDO DO “SISTEMA DE PRECEDENTES” DO CPC15**

*a aplicação do direito jurisprudencial à luz  
do Law as Integrity de Ronald Dworkin*

**Fernando Vieira Luiz**

Copyright © 2021 by Editora Letramento

Copyright © 2021 Fernando Vieira Luiz

Diretor Editorial | Gustavo Abreu

Diretor Administrativo | Júnior Gaudereto

Diretor Financeiro | Cláudio Macedo

Logística | Vinícius Santiago

Comunicação e Marketing | Giulia Staar

Assistente Editorial | Mateos Moreno e Sarah Júlia Guerra

Designer Editorial | Gustavo Zeferino e Luís Otávio Ferreira

Conselho Editorial | Alessandra Mara de Freitas Silva; Alexandre Morais da Rosa; Bruno Miragem; Carlos María Cárcova; Cássio Augusto de Barros Brant; Cristian Kieferda Silva; Cristiane Dupret; Edson Nakata Jr; Georges Abboud; Henderson Fürst; Henrique Garbellini Carnio; Henrique Júdice Magalhães; Leonardo Isaac Yarochevsky; Lucas Moraes Martins; Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme; Nuno Miguel Branco de Sá Viana Rebelo; Renata de Lima Rodrigues; Rubens Casara; Salah H. Khaled Jr; Willis Santiago Guerra Filho.

Todos os direitos reservados.

Não é permitida a reprodução desta obra sem aprovação do Grupo Editorial Letramento.

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

L953p Luiz, Fernando Vieira

Por que tenho medo do “sistema de precedentes” do CPC15: a aplicação do direito jurisprudencial à luz do Law as Integrity de Ronald Dworkin / Fernando Vieira Luiz. - Belo Horizonte : Letramento ; Casa do Direito, 2021.  
802 p. ; 15,5cm x 22,5cm.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-9530-287-7

1. Direito. 2. Sistema de precedentes. 3. Direito jurisprudencial.  
4. Law as Integrity. 5. Ronald Dworkin. I. Título.

2021-2512

CDD 340

CDU 34

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

#### Índice para catálogo sistemático:

1. Direito 340
2. Direito 34

#### Belo Horizonte - MG

Rua Magnólia 1086

Bairro Caiçara

CEP 30770-020

Fone 31 3327-5771

contato@editorialetramento.com.br

editorialetramento.com.br

casadodireito.com



Casa do Direito é o selo jurídico do  
Grupo Editorial Letramento

17	<b>APRESENTAÇÃO</b>
21	<b>1. INTRODUÇÃO</b>
35	<b>2. A ATIVIDADE JUDICIAL COMO FONTE DE DIREITO</b>
36	<b>2.1. O QUE SE DIZ, QUANDO SE FALA EM “FONTE DE DIREITO”? : FONTES A PARTIR DO SISTEMA E FONTES A PARTIR DO CASO</b>
46	<b>2.2. AS FONTES DO DIREITO NO POSITIVISMO JURÍDICO</b>
50	2.2.1. Kelsen: A NORMA HIPOTÉTICA FUNDAMENTAL E A FONTE DO DIREITO ENQUANTO VALIDADE JURÍDICA
53	2.2.2. HART E A NORMA DE RECONHECIMENTO
59	<b>2.3. A CRIAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO</b>
62	2.3.1. O EXEMPLO PRIVILEGIADO DA RESPONSABILIDADE CIVIL PARA EXPLICAR A CRIAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO
70	2.3.2. A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO NASCIMENTO INDEVIDO ( <i>WRONGFUL CONCEPTION</i> ) NO DIREITO COMPARADO
80	2.3.3. A REPARAÇÃO PELO NASCIMENTO INDEVIDO COMO DIREITO JUDICIALMENTE CRIADO NO BRASIL
83	<b>2.4. DIREITO JURISPRUDENCIAL: ENTRE DECISÃO, PRECEDENTE, JURISPRUDÊNCIA E SÚMULAS</b>
96	2.4.1. O PRECEDENTE E A DECISÃO JUDICIAL
114	2.4.2. O PRECEDENTE JUDICIAL E A JURISPRUDÊNCIA
133	2.4.3. O PRECEDENTE JUDICIAL E AS SÚMULAS
146	2.4.4. EM BUSCA DE UM CONCEITO AO PRECEDENTE JUDICIAL: ENTRE O UFANISMO E A CIRCULAÇÃO GLOBAL
158	<b>2.5. <i>COMMON LAW</i>, <i>CIVIL LAW</i> E O DIREITO BRASILEIRO</b>
179	<b>3. O DIREITO JURISPRUDENCIAL NA TEORIA DA NORMA E DO ORDENAMENTO JURÍDICO</b>
182	<b>3.1. A TEORIA DA NORMA JURÍDICA NO POSITIVISMO</b>
184	3.1.1. NORMA JURÍDICA EM Kelsen
188	3.1.2. TEORIA DA NORMA NO PÓS-POSITIVISMO
195	<b>3.2. <i>A RATIO DECIDENDI</i></b>
204	3.2.1. TESTES PARA SE ENCONTRAR A <i>RATIO DECIDENDI</i>
204	3.2.1.1. Teste de Wambaugh
208	3.2.1.2. Realismo jurídico cético: não há teste, porque a <i>ratio decidendi</i> não existe

- 212 3.2.1.3. Teste de Goodhart
- 216 3.2.2. PROPOSTA DE UM CONCEITO ADEQUADO À *RATIO DECIDENDI* COMPATÍVEL COM O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
- 219 3.2.2.1. Ementas e *ratio decidendi*
- 231 3.2.2.2. Casos sem *ratio decidendi*
- 232 3.2.2.3. Casos com mais de uma *ratio decidendi*
- 233 3.2.2.4. A colegialidade e a *ratio decidendi*: o problema da falsa colegialidade (pseudocolegialidade) e do *biasing*
- 242 3.2.2.5. *Ratio decidendi*: regra ou princípio? Uma questão de menor importância
- 261 3.2.2.6. Em busca de um conceito
- 263 **3.3. OBTER DICTA**
- 267 **3.4. ENTRE ANALOGIAS E DISTINÇÕES**
- 269 3.4.1. TIPOS OU FORMAS DE ARGUMENTOS
- 273 3.4.2. O ARGUMENTO POR ANALOGIA
- 283 **3.5. A TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO**
- 283 3.5.1. DIREITO JURISPRUDENCIAL E HIERARQUIA NORMATIVA
- 285 **3.6. A SUPERAÇÃO (OVERRULING)**
- 286 3.6.1. IMPERFEIÇÕES DO SISTEMA: A FALTA E AS COLISÕES DE NORMAS
- 287 3.6.1.1. As lacunas e o direito jurisprudencial
- 288 3.6.1.2. Colisão entre o direito jurisprudencial e a legislação
- 296 3.6.2. A SUPERAÇÃO DE SÚMULAS PELA ENTRADA EM VIGOR DO CPC/15
- 304 3.6.3. O PRECEDENTE PODE SUPERAR A PRÓPRIA LEI?: O ESTRANHO CASO *LI V. YELLOW CAB COMPANY*
- 313 3.6.4. A COLISÃO ENTRE PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS
- 333 3.6.5. EFEITOS TEMPORAIS DA SUPERAÇÃO
- 359 **4. O DIREITO JURISPRUDENCIAL NO CPC/15**
- 360 **4.1. CONSTITUIÇÃO E PROCESSO: A IDEOLOGIA DO CPC/15 E A FORMAÇÃO DE UM PROCESSO CIVIL DEMOCRÁTICO**
- 361 4.1.1. AS ORIGENS CONSTITUCIONAIS DO CPC/15
- 364 4.1.2. O CPC/15 CRIA UM SISTEMA DE PRECEDENTES?
- 369 4.1.3. A LÓGICA DO "SISTEMA DE PRECEDENTES"
- 370 4.1.3.1. Neoliberalismo processual ou como a previsibilidade, eficiência e celeridade não podem derruir os direitos fundamentais dos litigantes
- 380 4.1.3.2. A formação concentrada de "precedentes"
- 385 4.1.3.3. O CPC/15 é pós-positivista?

- 392 4.2. O “SISTEMA DE PRECEDENTES” E A LEI N. 13.256/16**
- 393 4.2.1. A ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS OU PORQUE FECHAR AS PORTAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES AOS LITIGANTES CORRÓI O USO DE PRECEDENTES**
- 401 4.2.2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE, QUESTÕES DE MÉRITO E OS LIMITES DE ATUAÇÃO DO PRESIDENTE OU VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL LOCAL NO JUÍZO PROVISÓRIO**
- 407 4.3. UM OUTRO PERIGO: A SIMPLIFICAÇÃO DA DOCTRINA E OS ENUNCIADOS SOBRE O CPC/15**
- 416 4.4. OS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS DO ART. 927 DO CPC/15**
- 424 4.4.1. PRECEDENTES FORMALMENTE VINCULANTES?**
- 426 4.4.2. GRAUS DE VINCULAÇÃO: FORTE, MÉDIO E FRACO**
- 429 4.4.3. PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS INDEPENDEM DO ROL DO ART. 927 DO CPC/15: CORTES DE PRECEDENTES E CORTES DE JUSTIÇA**
- 433 4.4.4. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 927 DO CPC/15?**
- 451 4.4.5. O “DEVER DE OBSERVÂNCIA” COMO INTERPRETAÇÃO DO ART. 927 DO CPC/15 CONFORME A CONSTITUIÇÃO**
- 459 4.4.6. DECISÕES DO STF EM CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE**
- 471 4.4.7. AS SÚMULAS NO DIREITO BRASILEIRO**
- 474 4.4.7.1. Súmula vinculante**
- 482 4.4.7.2. Súmula persuasiva?**
- 484 4.4.8. JULGAMENTO DE CASOS: RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL REPETITIVOS E O IRDR**
- 497 4.4.8.1. Incidente de resolução de demandas repetitivas**
- 517 4.4.8.2. O IRDR n.1 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina**
- 524 4.4.9. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA**
- 533 4.4.10. ORIENTAÇÃO DO PLENÁRIO OU ÓRGÃO ESPECIAL**
- 534 4.5. REPERCUSSÃO GERAL**
- 537 4.6. O PAPEL DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS EM INSTITUTOS DO CPC/15**
- 538 4.6.1. ORDEM CRONOLÓGICA DE JULGAMENTOS**
- 543 4.6.2. TUTELA DA EVIDÊNCIA**
- 555 4.6.3. JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO**
- 561 4.6.4. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA**
- 565 4.6.5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
- 570 4.6.6. REMESSA NECESSÁRIA**

579	4.6.7.	DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR
592	4.6.8.	RECLAMAÇÃO
609	4.6.9.	AÇÃO RESCISÓRIA
623	4.6.10.	EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA
629	<b>5.</b>	<b>O DIREITO JURISPRUDENCIAL NA TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL</b>
630	5.1.	JURISDIÇÃO E DEMOCRACIA
632	5.2.	A NECESSIDADE DE UMA TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL
634	5.3.	DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL
641	5.4.	UMA LEITURA DWORKINIANA DO ART. 926 DO CPC/15
644	5.4.1.	INCOMPATIBILIDADE TEÓRICA DO GARANTISMO JURÍDICO COM "PRECEDENTES FORMALMENTE VINCULANTES"
651	5.4.2.	AS PREMISSAS DE DIDIER JR SOBRE OS DEVERES DE COERÊNCIA E INTEGRIDADE
656	5.4.3.	ENTENDENDO DWORKIN
666	5.4.4.	UNIFORMIDADE, ESTABILIDADE, COERÊNCIA E INTEGRIDADE
667	5.4.4.1.	Dever de uniformização
668	5.4.4.2.	Estabilidade
669	5.4.4.3.	A coerência
671	5.4.4.4.	A integridade ( <i>Law as integrity</i> )
680	5.5.	FUNDAMENTOS INICIAIS A UMA TEORIA DOS PRECEDENTES NO BRASIL À LUZ DO DIREITO COMO INTEGRIDADE
681	5.5.1.	CONTRADITÓRIO EFETIVO
697	5.5.2.	FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL
710	5.5.3.	O LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO
717	5.5.4.	FORÇA GRAVITACIONAL DO PRECEDENTE
722	5.5.5.	EXIGÊNCIAS DO DIREITO COMO INTEGRIDADE NA APLICAÇÃO DO DIREITO JURISPRUDENCIAL
726	5.5.5.1.	A <i>ratio decidendi</i> como conceito interpretativo
730	5.5.5.2.	A Superação como uma questão de princípio
742	5.5.5.3.	Por uma vinculação material do juiz ao direito jurisprudencial
745		<b>CONCLUSÃO</b>
755		<b>REFERÊNCIAS</b>